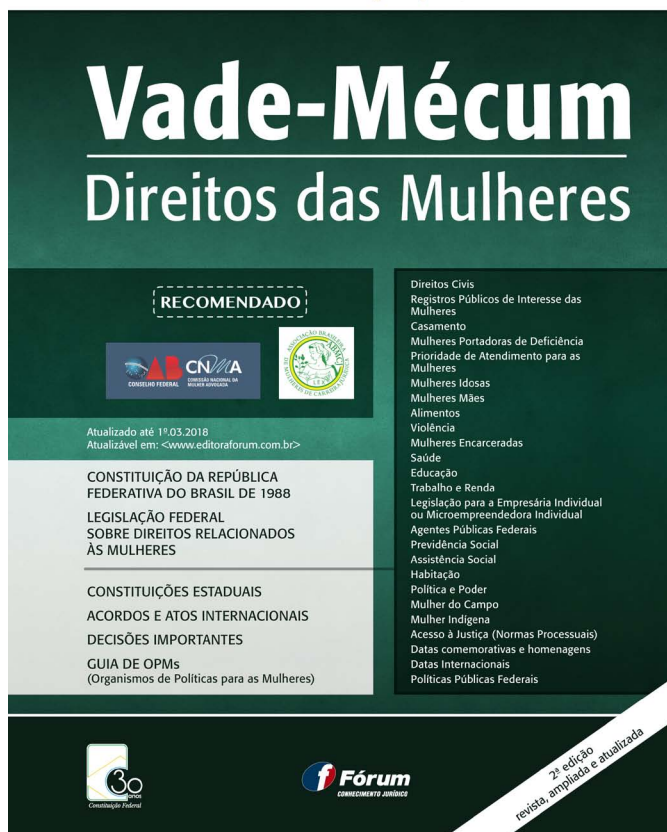


Organização: *Fernanda Marinela*

Organizadora
Fernanda Marinela



VADE-MÉCUM

DIREITO DAS MULHERES

Área específica
Direito Administrativo.

Este Vade-Mécum trata dos direitos das mulheres em TODAS as esferas, e não apenas nas óbvias, como violência doméstica, prioridades etc. A ideia foi colocar em um único documento todas as normas que possam ajudar as mulheres a exercer seus direitos, o que foi feito neste único volume. Busca-se, dessa forma, atender não só à mulher, mas a todos aqueles que lidam com os direitos a ela referentes.

A obra traz vasta legislação. Nela procurou-se tratar de temas que, de certa forma, são esquecidos, como: mulher encarcerada, mulher portadora de deficiência, mulher idosa, mulher-mãe, alimentos etc.

Esta obra conta, ainda, com decisões judiciais interessantes para os operadores do Direito e, ao final, com a listagem dos OPMs (Órgãos de Proteção à Mulher) em todo o Brasil.

Áreas afins
Legislação Anotada.

Público-alvo/consumidores
Advogados, juízes, promotores, delegados, estudantes e membros de ONGs de direitos humanos.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001399

J91v

Marinela, Fernanda.

Vade-Mécum: direitos das mulheres. / Organização: Fernanda Marinela. – 2. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2018.

1.472p.

ISBN 978-85-450-0494-3

1. Direito – Brasil 2. Direitos das mulheres. 3. Leis. I. Título. II. Marinela, Fernanda.

CDD: 342.162522

CDU: 34(81)(094.4)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARINELA, Fernanda (Org.). Vade-Mécum: direitos das mulheres, 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 1.472p.

Índice Temático

I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	5
Carta das Mulheres aos Constituintes ¹	103

II – LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE DIREITOS RELACIONADOS ÀS MULHERES

DIREITOS CIVIS	115
Lei n. 10.406, de 10.01.2002 – Institui o Código Civil	115

REGISTROS PÚBLICOS DE INTERESSE DAS MULHERES	276
Lei n. 6.015, de 31.12.1973 – Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências	276

CASAMENTO	301
Lei n. 1.110, de 23.05.1950 – Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso	301
Lei n. 6.515, de 26.12.1977 – Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências	302
Lei n. 9.278, de 10.05.1996 (Lei da União Estável) – Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal	302

MULHERES PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	306
Lei n. 7.853, de 24.10.1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências	306
Lei n. 13.146, de 6.07.2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	308

¹ O texto apresentado neste trabalho é o original. As propostas foram redigidas durante o Encontro Nacional do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), em 26 de agosto de 1986, e encaminhadas aos Senhores Constituintes. No período da Assembleia Nacional Constituinte, junto com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de várias partes do país, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher conduziu a campanha nacional "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher". Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes por meio da "Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte". O movimento feminista da época conseguiu aprovar 80% de suas demandas, através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o "lobby do batom". A atuação dos movimentos feministas, do movimento organizado de mulheres e a articulação dos conselhos dos direitos das mulheres no processo constituinte resultou em importantes conquistas na Constituição Federal, na perspectiva da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Disponível em: <http://www.mulheresnopoder.com.br/wp-content/uploads/2010/05/participacao_feminina_sow.pdf>.

Decreto n. 3.298, de 20.12.1999 – Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências	320
Lei n. 8.899, de 29.06.1994 – Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual	326
Decreto n. 3.691, de 19.12.2000 – Regulamenta a Lei n. 8.899, de 29.06.1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual	327
Lei n. 11.126, de 27.06.2005 – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia	327
Decreto n. 5.904, de 21.09.2006 – Regulamenta a Lei n. 11.126, de 27.06.2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências	327
PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PARA AS MULHERES	329
Lei n. 10.048, de 8.11.2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências	329
Decreto n. 5.296, de 2.12.2004 – Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8.11.2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19.12.2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	329
Decreto n. 7.823, de 9.10.2012 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8.11.2000, e a Lei n. 10.098, de 19.12.2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	337
MULHERES IDOSAS	338
Lei n. 8.842, de 4.01.1994 – Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências	338
Decreto n. 1.948, de 3.07.1996 – Regulamenta a Lei n. 8.842, de 4.01.1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências	339
Lei n. 10.741, de 1º.10.2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências	341
MULHERES MÃES	350
Lei n. 8.069, de 13.07.1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	350
Lei n. 8.560, de 29.12.1992 – Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências	384
Lei n. 11.633, de 27.12.2007 – Altera a Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997	385
Lei n. 12.318, de 26.08.2010 – Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13.07.1990	385
Lei n. 12.852, de 05.08.2013 – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve	386
Lei n. 12.812, de 16.05.2013 – Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º.05.1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	391
Decreto n. 8.537, de 05.10.2015 – Regulamenta a Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei n.12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual	391
ALIMENTOS²	394
Lei n. 5.478, de 25.07.1968 – Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências	394
Lei n. 8.971, de 29.12.1994 – Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão ³	396
Lei n. 11.804, de 5.11.2008 – Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências	396
VIOLÊNCIA	397
Decreto-Lei n. 2.848, 7.12.1940 – Código Penal	397
Lei n. 7.716, de 5.01.1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	439
Lei n. 8.072, de 25.07.1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências	440
Lei n. 9.455, de 7.04.1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências	441
Lei n. 9.807, de 13.07.1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que	

² Há normas no Código de Processo Civil sobre Alimentos, e que estão disponibilizadas em "Acesso à Justiça".

³ Ver também a decisão do STF sobre a união homoafetiva em "Decisões interessantes".

tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal	442
Lei n. 10.714, de 13.08.2003 – Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher	444
Lei n. 11.340, de 7.08.2006 (Lei Maria da Penha) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências	444
Lei n. 11.530, de 24.10.2007 – Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci e dá outras providências	449
Lei n. 11.577, de 22.11.2007 – Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias	451
Decreto n. 6.490 de 19.6.2008 – Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei n. 11.530, de 24.10.2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, e revoga o Decreto n. 6.390, de 8.03.2008	452
Lei n. 12.735, de 30.11.2012 – Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7.12.1940 - Código Penal, o Decreto-Lei n. 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar, e a Lei n. 7.716, de 5.01.1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências	453
Lei n. 12.845, de 1º.08.2013 – Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual	453
Decreto n. 8.086, de 30.08.2013 – Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências	453
Lei n. 13.421, de 27.03.2017 – Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências	454
MULHERES ENCARCERADAS	455
Decreto-Lei n. 2.848, 7.12.1940 – Código Penal – arts. 1º a 120	397
Decreto-Lei n. 3.689, de 3.10.1941 – Código de Processo Penal ⁴	455
Lei n. 7.210, de 11.07.1984 – Institui a Lei de Execução Penal	518
Lei n. 7.960, de 21.12.1989 – Dispõe sobre prisão temporária	534
Lei n. 12.106, de 2.12.2009 – Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e dá outras providências ⁵	535
Lei n. 12.962, de 8.04.2014 – Altera a Lei n. 8.069, de 13.07.1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade	536
Portaria Interministerial MJ/SPM n. 210, de 16.01.2014 – Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências	536
Decreto n. 9.246, de 21.12.2017 – Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências	539
SAÚDE	541
Lei n. 8.080, de 19.09.1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	541
Lei n. 13.239, de 30.12.2015 – Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher	548
Decreto n. 7.958, de 13.03.2013 – Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde	549
Lei n. 9.263, de 12.01.1996 – Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências	550
Lei n. 9.313, de 13.11.1996 – Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS	551
Lei n. 9.434, de 4.02.1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências	551
Lei n. 9.656, de 3.06.1998 – Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde	554
Lei n. 9.676, de 30.06.1998 – Dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	562

4 As normas processuais da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) estão disponibilizadas nas normas relacionadas a atos de violência contra a mulher.

5 Interessante é a Cartilha da Mulher Presa, disponibilizada pelo CNJ em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/publicacoes/cartilha_da_mulher_presa_1_portugues_4.pdf>.

Lei n. 9.797, de 6.05.1999 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer	563
Lei n. 10.237, de 11.06.2001 – Dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas à venda ou aluguel no País, da seguinte mensagem: “Faça sexo seguro. Use camisinha”	563
Lei n. 10.449, de 9.05.2002 – Dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha	563
Lei n. 10.516, de 11.07.2002 – Institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher	563
Lei n. 10.651, de 16.04.2003 – Dispõe sobre o controle do uso da talidomida	564
Lei n. 10.778, de 24.11.2003 – Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados	564
Decreto n. 5.099, de 3.06.2004 – Regulamenta a Lei n. 10.778, de 24.11.2003, e institui os serviços de referência sentinela	564
Lei n. 11.634, de 27.12.2007 – Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde	565
Lei n. 11.664, de 29.04.2008 – Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS	565
Decreto n. 9.175, de 18.10.2017 – Regulamenta a Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento	565
EDUCAÇÃO	571
Lei n. 6.202, de 17.04.1975 – Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei n. 1.044, de 1969, e dá outras providências	571
Lei n. 7.692, de 20.12.1988 – Dá nova redação ao disposto na Lei n. 6.503, de 13.12.1977, que “dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino”	571
Lei n. 8.978, de 9.01.1995 – Dispõe sobre a construção de creches e estabelecimentos de pré-escola	572
Lei n. 9.394, de 20.12.1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	572
Lei n. 10.260, de 12.07.2001 – Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências	584
Lei n. 10.880, de 9.06.2004 – Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei n. 9.424, de 24.12.1996, e dá outras providências	596
Lei n. 11.096, de 13.01.2005 – Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9.07.2004, e dá outras providências	598
Lei n. 11.114, de 16.05.2005 – Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20.12.1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade ⁶	601
Lei n. 11.128, de 28.06.2005 – Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – Prouni e altera o inciso I do art. 2º da Lei n. 11.096, de 13.01.2005	601
Lei n. 11.947, de 16.06.2009 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9.06.2004, 11.273, de 6.02.2006, 11.507, de 20.07.2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24.08.2001, e a Lei n. 8.913, de 12.07.1994; e dá outras providências	601
Lei n. 11.988, de 27.07.2009 – Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências	605
Lei n. 12.605, de 3.04.2012 – Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas	606
TRABALHO E RENDA	606
Decreto-Lei n. 5.452, de 1º.05.1943 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho	606
Lei n. 7.998, de 11.01.1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências	706
Lei n. 8.036, de 11.05.1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências	710
Lei n. 9.029, de 13.04.1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências	717

⁶ O ensino fundamental passa a ser obrigatório a partir dos seis anos de idade, ampliando a faixa etária de cobertura. Esta medida favorece as mulheres, que poderão ter mais tempo para se dedicar a outras atividades como estudo e trabalho.

Lei n. 9.601, de 21.01.1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências	717
Decreto n. 2.490, de 4.02.1998 – Regulamenta a Lei n. 9.601, de 21.01.1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências	718
Lei n. 11.301, de 10.05.2006 – Altera o art. 67 da Lei n. 9.394, de 20.12.1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério	719
Lei n. 11.770, de 9.09.2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24.07.1991	719
Decreto n. 6.690, de 11.12.2008 – Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências	720
Lei n. 11.947, de 16.06.2009 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9.06.2004, 11.273, de 6.02.2006, 11.507, de 20.07.2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24.08.2001, e a Lei n. 8.913, de 12.07. 1994; e dá outras providências	601
Lei n. 12.470, de 31.08.2011 – Altera os arts. 21 e 24 da Lei n. 8.212, de 24.07.1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei n. 8.213, de 24.07.1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei n. 8.742, de 7.12.1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei n. 10.406, de 10.01.2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual	720
Lei n. 12.513, de 26.10.2011 – Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11.01.1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24.07.1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12.07.2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30.06.2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências	722
Lei n. 12.592, de 18.01.2012 – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador	730
Lei Complementar n. 150, de 1º.06.2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei n. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências	726
LEGISLAÇÃO PARA A EMPRESÁRIA INDIVIDUAL OU MICROEMPREENDEDORA INDIVIDUAL⁷	731
Lei n. 10.406, de 10.01.2002 – Institui o Código Civil – arts. 966, 967, 968, 969, 972, 973 e 974	731
Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24.07.1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º.05.1943, da Lei n. 10.189, de 14.02.2001, da Lei Complementar n. 63, de 11.01.1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5.12.1996, e 9.841, de 5.10.1999	731
Lei n. 11.598, de 3.12.2007 – Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim; altera a Lei n. 8.934, de 18.11.1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei n. 1.715, de 22.11.1979, e das Leis n. 7.711, de 22.12.1988, 8.036, de 11.05.1990, 8.212, de 24.07.1991, e 8.906, de 4.07.1994; e dá outras providências	761
Lei Complementar n. 128, de 19.12.2008 – Altera a Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, altera as Leis n. 8.212, de 24.07.1991, 8.213, de 24.07.1991, 10.406, de 10.01.2002 – Código Civil, 8.029, de 12.04.1990, e dá outras providências	763

AGENTES PÚBLICAS FEDERAIS 772

⁷ Cresce, no Brasil, o número de mulheres que querem ter o seu próprio negócio. Das cerca de seis milhões de micro e pequenas empresas existentes no Brasil, algo entre 30 e 35% são lideradas por mulheres. No entanto, entre os novos negócios, a participação das mulheres chega a 49,6%, segundo dados do Sebrae. As demais regras como as instruções normativas, decretos, resoluções e portarias podem ser acessadas em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/empresario-individual>> e <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/microempreendedor-individual-mei>>.

Lei Complementar n. 51, de 20.12.1985 – Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal. (Ementa alterada pela LC 144/2014.)	772
Lei n. 8.112, de 11.12.1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	772
Decreto n. 6.690, de 11.12.2008 – Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências	794
Lei n. 8.745, de 9.12.1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências	794
Lei n. 11.447, de 5.01.2007 – Altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei n. 6.880, de 9.12.1980 - Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a)	797
PREVIDÊNCIA SOCIAL	798
Lei n. 3.807, de 26.08.1960 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social	798
Decreto n. 3.048, de 6.05.1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências	813
Lei n. 6.136, de 7.11.1974 – Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social	876
Lei n. 8.212, de 24.07.1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências	876
Lei n. 8.213, de 24.07.1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências	894
ASSISTÊNCIA SOCIAL	913
Lei n. 8.742, de 7.12.1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências ⁸	913
Lei n. 10.835, de 8.01.2004 – Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências	919
Lei n. 10.836, de 9.01.2004 – Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências	919
Decreto n. 5.209, de 17.09.2004 – Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9.01.2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências	922
Decreto n. 6.214, de 26.09.2007 – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n. 8.742, de 7.12.1993, e a Lei n. 10.741, de 1º.10.2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n. 3.048, de 6.05.1999, e dá outras providências	930
HABITAÇÃO	936
Lei n. 8.009, de 29.03.1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família	936
Lei n. 10.257, de 10.07.2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências	937
Lei n. 10.840, de 11.02.2004 – Cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências	944
Lei n. 11.124, de 16.06.2005 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS	944
Lei n. 11.977, de 7.07.2009 – Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei n. 3.365, de 21.06.1941, as Leis n. 4.380, de 21.08.1964, 6.015, de 31.12.1973, 8.036, de 11.05.1990, e 10.257, de 10.07.2001, e a Medida Provisória n. 2.197-43, de 24.08.2001; e dá outras providências	948
Lei n. 12.418, de 9.06.2011 – Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei n. 10.741, de 1º.10.2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos	956
Lei n. 12.419, de 9.06.2011 – Altera o art. 38 da Lei n. 10.741, de 1º.10.2003 (Estatuto do Idoso), para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados	956
POLÍTICA E PODER	957
Lei n. 4.737, de 15.07.1965 – Institui o Código Eleitoral	957
Lei Complementar n. 64, de 18.07.1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição	

⁸ A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) manteve, em 24.04.2014, a preferência para as mulheres nos projetos de enfrentamento da pobreza, prevista no PLS 44/2012. A comissão rejeitou substitutivo da Câmara dos Deputados que eliminava a prioridade. O projeto aprovado altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei 12.512/2011) para determinar que os benefícios monetários previstos nessas leis sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar. Os deputados concordaram que as mulheres devem ter prioridade no recebimento de benefícios do Sistema Único de Assistência Social, fornecidos em situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, entre outras, e nos previstos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conforme previsto no PLS 44/2012. (Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/04/24/cra-mantem-prioridade-para-mulheres-em-programas-de-enfrentamento-da-pobreza/tablet>>.)

Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências	998
Lei n. 9.096, de 19.09.1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal	1002
Lei n. 9.140, de 04.12.1995 – Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2.09.1961 a 15.08.1979, e dá outras providências	1008
Lei n. 9.504, de 30.09.1997 – Estabelece normas para as eleições ⁹	1010
Decreto n. 7.791, de 17.08.2012 – Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos	1031
MULHER DO CAMPO	1032
Lei n. 4.504, de 30.11.1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências	1032
Lei n. 8.629, de 25.02.1993 – Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal	1049
Portaria Incra n. 981, de 02.10.2003 – Altera a Norma de Execução SDA n. 29, de 2002	1055
Lei n. 11.326, de 24.07.2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	1056
Instrução Normativa Incra n. 38, de 13.07.2007 – Dispõe sobre normas do Incra para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária ¹⁰	1057
Resolução Bacen n. 3.559, de 28.03.2008 – Financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ¹¹	1058
Lei n. 12.512, de 14.10.2011 – Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n. 10.696, de 2.07.2003, 10.836, de 9.01.2004, e 11.326, de 24.07.2006 ¹²	1070
Decreto n. 7.644, de 16.12.2011 – Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei n. 12.512, de 14.10.2011	1074
MULHER INDÍGENA	1077
Normas Constitucionais (arts. 210, 231 e 232)	74
Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro	1077
Lei n. 6.001, de 19.12.1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio	1079
Lei n. 8.069, de 13.07.1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (arts. 28 e 161)	350
Lei n. 8.080, de 19.09.1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências – arts. 19-A a 19-H	541
Decreto n. 5.051, de 19.4.2004 – Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais	1083
Decreto n. 6.861, de 27.5.2009 – Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências	1087
Lei n. 12.416, de 9.06.2011 – Altera a Lei n. 9.394, de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas	1089
ACESSO À JUSTIÇA (NORMAS PROCESSUAIS)	1089
Lei n. 13.105, de 16.03.2015 – Código de Processo Civil	1089
Decreto-Lei n. 3.689, de 3.10.1941 – Código de Processo Penal ¹³	455
Lei n. 1.060, de 5.02.1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados	1222
Lei Complementar n. 80, de 12.01.1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Fe-	

⁹ A Resolução n. 23.548 do TSE, que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas eleições de 2018, teve por objetivo criar meios para checar o cumprimento da cota, como o aviso sobre o descumprimento dos percentuais de candidaturas para cada sexo quando da geração do meio magnético pelo CANDex, Sistema de Candidaturas do TSE, e o dever do Cartório Eleitoral de informar, nos autos do processo do pedido de registro, sobre a observância ou não dos percentuais.

¹⁰ Altera a sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária, dando preferência à família chefiada por mulher.

¹¹ Ver também Crédito Apoio Mulher (IN n. 54, de 22.07.2009; NE n. 79, de 26.12.2008; NE n. 84, de 02.09.2009; NE n. 86, de 04.11.2009).

¹² No dia 24.04.2014 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal manteve a preferência para as mulheres nos projetos de enfrentamento da pobreza, prevista no PLS 44/2012. A comissão rejeitou substitutivo da Câmara dos Deputados que eliminava a prioridade. O projeto aprovado altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/1993) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei n. 12.512/2011) para determinar que os benefícios monetários previstos nessas leis sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar. Os deputados concordaram que as mulheres devem ter prioridade no recebimento de benefícios do Sistema Único de Assistência Social, fornecidos em situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, entre outras, e nos previstos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conforme previsto no PLS 44/2012. Disponível em: <<https://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/24/cra-mantem-prioridade-para-mulheres-em-programas-de-enfrentamento-da-pobreza>>.

¹³ As normas processuais da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) estão disponibilizadas nas normas relacionadas aos atos de violência contra a mulher.

deral e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências	1223
Lei n. 8.906, de 04.07.1994 – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	1239
Lei n. 9.099, de 26.09.1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências	1252
Lei n. 9.507, de 12.11.1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data	1259
Lei n. 10.259, de 12.07.2001 – Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	1261
Lei n. 12.016, de 7.08.2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências	1263
DATAS COMEMORATIVAS E HOMENAGENS	1265
Lei n. 6.791, de 9.06.1980 – Institui o “Dia Nacional da Mulher”	1265
Lei n. 10.745, de 9.10.2003 – Institui o ano de 2004 como o “Ano da Mulher”	1266
Lei n. 11.261, de 30.12.2005 – Declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro	1266
Lei n. 11.489, de 20.06.2007 – Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres	1266
Lei n. 11.695, de 12.06.2008 – Institui o Dia Nacional da Mamografia	1266
Lei n. 12.116, de 10.12.2009 – Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama	1266
Lei n. 12.206, de 19.01.2010 – Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé	1266
Lei n. 12.267, de 21.06.2010 – Institui o Dia Nacional da Cidadania	1266
Decreto de 4.06.2010 – Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia	1266
Lei n. 12.615, de 30.04.2012 – Inscreve o nome de Anita Garibaldi - Ana Maria de Jesus Ribeiro - no Livro dos Heróis da Pátria	1267
Lei n. 12.641, de 15.05.2012 – Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos	1267
Lei n. 12.647, de 16.05.2012 – Institui o Dia Nacional de Valorização da Família	1267
Lei n. 13.086, de 08.01.2015 – Institui, no Calendário Oficial do Governo Federal, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil	1267
Lei n. 13.100, de 27.01.2015 – Institui o dia 20 de janeiro como Dia Nacional da Parteira Tradicional	1267
DATAS INTERNACIONAIS	1267
POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS	1269
Lei n. 7.353, de 29.08.1985 – Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências	1269
Lei n. 10.678, de 23.05.2003 – Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências	1270
Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei n. 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória n. 768, de 2 de fevereiro de 2017	1270
Decreto n. 4.714, de 30.05.2003 – Cria a Câmara de Política Social, do Conselho de Governo	1283
Decreto n. 4.885, de 20.11.2003 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências	1284
Decreto n. 5.390, de 8.03.2005 – Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPMM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências	1286
Lei Complementar n. 119, de 19.10.2005 – Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar n. 79, de 7.01.1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo	1287
Decreto n. 5.840, de 13.07.2006 – Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, e dá outras providências	1287
Decreto n. 6.412, de 25.03.2008 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências	1288
Lei n. 12.227, de 12.04.2010 – Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher	1289
Lei n. 12.272, de 24.06.2010 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	1290
Lei n. 12.288, de 20.07.2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5.01.1989, 9.029, de 13.04.1995, 7.347, de 24.07.1985, e 10.778, de 24.11.2003	1290
Lei n. 12.314, de 19.08.2010 – Altera as Leis n. 10.683, de 28.05.2003, que dispõe sobre a organização	

da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9.12.1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12.04.1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei n. 10.678, de 23.05.2003; e dá outras providências	1295
Decreto n. 7.393, de 15.12.2010 – Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	1296
Resolução CNJ n. 128, de 17.03.2011 – Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	1297
Decreto n. 7.959, de 13.03.2013 – Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto n. 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências	1297
Decreto n. 9.137, de 21.08.2017 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão	1298
Decreto n. 8.136, de 5.11.2013 – Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei n. 12.288, de 20.07.2010	1303
Resolução CN n. 1, de 16.01.2014 – Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional	1306
Portaria do Ministério da Defesa n. 893, de 14.04.2014 – Institui a Comissão de Gênero no âmbito deste Ministério e dá outras providências	1306
Decreto n. 9.223, de 06.12.2017 – Institui a Rede Brasil Mulher	1307

III – CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Constituição do Estado do Acre	1311
Constituição do Estado de Alagoas	1311
Constituição do Estado do Amapá	1311
Constituição do Estado do Amazonas	1312
Constituição do Estado da Bahia	1313
Constituição do Estado do Ceará	1314
Lei Orgânica do Distrito Federal	1315
Constituição do Estado do Espírito Santo	1316
Constituição do Estado de Goiás	1316
Constituição do Estado do Maranhão	1316
Constituição do Estado do Mato Grosso	1317
Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul	1317
Constituição do Estado de Minas Gerais	1317
Constituição do Estado do Pará	1318
Constituição do Estado da Paraíba	1318
Constituição do Estado do Paraná	1318
Constituição do Estado de Pernambuco	1319
Constituição do Estado do Piauí	1319
Constituição do Estado do Rio de Janeiro	1319
Constituição do Estado do Rio Grande do Norte	1320
Constituição do Estado do Rio Grande do Sul	1320
Constituição do Estado de Rondônia	1321
Constituição do Estado de Roraima	1321
Constituição do Estado de Santa Catarina	1321
Constituição do Estado de São Paulo	1321
Constituição do Estado de Sergipe	1321
Constituição do Estado de Tocantins	1322

IV – ACORDOS E ATOS INTERNACIONAIS¹⁴

Decreto n. 23.812, de 30.01.1934 – Promulga a Convenção para repressão do tráfico de mulheres e crianças, firmada em Genebra, a 30.09.1921	1325
Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e de Crianças, assinada em Genebra a 30.09.1921 e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (NY) a 12.11.1947 (promulgada em 1934)	1325

14 A ONU declarou o período de 1975 a 1985 como a Década da Mulher. Assim, nesse período, as feministas de várias partes do mundo se uniram para formulações de propostas às instituições, aos órgãos e aos grupos responsáveis pelos assuntos relacionados aos Direitos Humanos. Buscavam incluir as questões específicas das mulheres. Em 1979, foi aprovada pela ONU a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Nela se estabelece que a discriminação à mulher viola princípios de igualdade de direitos e a dignidade humana. Foi ratificada na íntegra pelo Brasil quinze anos depois, em 1994. Nessa época, foram realizadas grandes conferências promovidas pela ONU, entre elas a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993, e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994. Essas Conferências contaram com a participação de mulheres organizadas em suas reivindicações e resultaram em alguns avanços, como a explicitação da Conferência de Viena, em seu parágrafo 18, que “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. No Cairo foi declarado que os direitos reprodutivos são direitos humanos. Na Plataforma de Ação retirada dessa Conferência foi enfatizada a igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema6-aula1.pdf>.

Decreto n. 2.954, de 10.11.1938 – Promulga a Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, firmada em Genebra, a 11.10.1933	1326
Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, assinada em Genebra a 11.10.1933 e emendada pelo protocolo assinado em Lake Success (NY) a 12.11.1947 (promulgada em 1938)	1326
Decreto n. 2.411, de 23.02.1938 – Promulga a Convenção sobre a nacionalidade da mulher, firmada entre o Brasil e diversos países, em Montevideú, a 26.12.1933, por ocasião da VII Conferência Interamericana	1327
Convenção Interamericana sobre a Nacionalidade da Mulher, assinada na 7ª Conferência Internacional Americana da OEA em Montevideú a 26.12.1933 (promulgada em 1938)	1327
Decreto n. 3.233, de 3 de novembro de 1938 – Promulga a Convenção relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria, firmada em Genebra a 1º.07.1935, por ocasião da 19ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se reuniu na mesma cidade, de 4 a 25.06.1935	1327
Convenção n. 45, assinada na 19ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 18.07.1935 (promulgada em 1938) Convenção dos trabalhos subterrâneos (mulheres)	1328
Decreto n. 28.011, de 19.04.1950 – Promulga a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, firmada em Bogotá, a 2.05.1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana	1328
Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, assinada na 9ª Conferência Internacional Americana da OEA em Bogotá a 2.05.1948 (promulgada em 1950)	1329
Decreto n. 37.176, de 15.05.1955 – Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30.09.1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11.10.1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, em Lake Success, Nova York, e firmado pelo Brasil em 17.03.1948	1329
Protocolo de Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluído em Genebra a 30.09.1921, e da Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra a 11.10.1933, assinado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Lake Success (NY) a 12.11.1947 (promulgado em 1955)	1329
Decreto n. 41.721, de 25 de junho de 1957 – Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de n. 11, 12, 13, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 99, 100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Revigorado pelo Decreto n. 95.461, de 11.12.1987	1330
Convenção n. 89, assinada na 31ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 17.06.1948 (promulgada em 1957)	1331
Convenção n. 100, assinada na 34ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 6.06.1951 (promulgada em 1957)	1332
Decreto n. 52.476, de 12.09.1963 – Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotado por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	1334
Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, assinada na 7ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 31.03.1953 (promulgada em 1963)	1334
Decreto n. 58.820, de 14.07.1966 – Promulga a Convenção n. 103 sobre proteção à maternidade	1335
Convenção n. 103, assinada na 35ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 4.06.1952 (promulgada em 1966)	1335
Decreto n. 62.150, de 19.01.1968 – Promulga a Convenção n. 111 sobre discriminação em matéria de emprego e profissão	1337
Convenção n. 111, assinada na 42ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 4.06.1958 (promulgada em 1968)	1337
Decreto n. 64.216, de 18.03.1969 – Promulga a Convenção sobre a nacionalidade da mulher casada	1339
Convenção Internacional sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, assinada na 11ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 20.02.1957 (promulgada em 1969)	1339
Declaração de Pequim, assinada na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz a 15.09.1995	1340
Decreto n. 1.973, de 1º.08.1996 – Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9.06.1994	1342
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral da OEA a 6.09.1994 (promulgada em 1996)	1342
Decreto n. 4.377, de 13.09.2002 – Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto n. 89.460, de 20.03.1984	1344
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinada na 34ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 18.12.1979 (promulgada em 2002)	1345
Decreto n. 4.316, de 29.07.2002 – Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	1349
Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado em Nova York a 6.10.1999 (promulgado em 2002)	1349
Decreto n. 5.005, de 8.03.2004 – Promulga a Convenção n. 171 da Organização Internacional do	

Trabalho relativa ao Trabalho Noturno	1351
Convenção n. 171, assinada na 77ª sessão da Conferência-Geral da OIT a 6.06.1990 (promulgada em 2004)	1351
Decreto n. 5.017, de 12.03.2004 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	1353
Protocolo Adicional à Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, assinado na 55ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York a 15 de novembro de 2000 (promulgada em 2004)	1354
Convenção OIT n. 189 – Sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos	1357
Recomendação Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos	1360
Decreto n. 678, de 6.11.1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22.11.1969	1363
Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, 1969	1363
Carta da Terra ¹⁵	1370
Princípios do Empoderamento da Mulher	1373
V – DECISÕES IMPORTANTES	
Supremo Tribunal Federal	1377
Superior Tribunal de Justiça	1382
Tribunal Superior do Trabalho	1386
VI – GUIA DE OPM (ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES)	
Organismos nos Estados	1388
Juizados/Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1434

15 A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação. A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos. Disponível em: <http://cartadaterrabrasil.org/prt/what_is.html>.